



## INSS envia alerta no WhatsApp para prova de vida

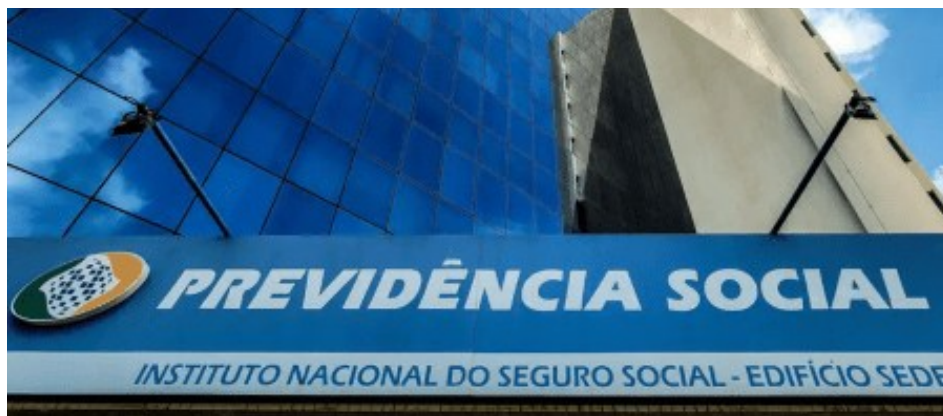
Os aposentados, pensionistas e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que precisam regularizar a prova de vida começaram a receber notificações pelo WhatsApp. O aviso é destinado apenas às pessoas que não tiveram dados recentes localizados pelos sistemas automáticos do governo. A mensagem é enviada pela conta oficial “Governo do Brasil”, identificada com selo azul de verificação, e também aparece na caixa postal do aplicativo Gov.br.

A prova de vida é um procedimento usado para confirmar que o beneficiário continua vivo e, assim, evitar fraudes e pagamentos indevidos. Desde 2022, o processo passou a ser feito automaticamente pelo cruzamento de informações em bases oficiais do governo, sem necessidade de comparecimento anual ao banco ou ao INSS para a maioria dos segurados.

Na prática, o sistema verifica se o cidadão realizou alguma movimentação recente, como vacinação, emissão de documentos, votação em eleições, renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou atendimento em órgãos públicos. Quando o governo não encontra nenhuma dessas informações atualizadas, o beneficiário é convocado para fazer a comprovação manualmente.

### Quem precisa

A atualização deve ser feita apenas por aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios de longa duração que receberam aviso oficial do governo. Quem não recebeu mensagem no WhatsApp, notificação no aplicativo Gov.br ou alerta no extrato bancário não precisa tomar nenhuma providência.



Segundo o INSS, os beneficiários convocados têm prazo para regularizar a situação e evitar problemas futuros no pagamento do benefício.

### Como fazer

A prova de vida pode ser realizada das seguintes formas:

- Pelo aplicativo Meu INSS, para usuários com conta prata ou ouro no portal Gov.br;
- Pelo aplicativo Gov.br, com reconhecimento facial;
- No banco onde o beneficiário recebe aposentadoria, pensão ou auxílio;
- Pelo aplicativo da instituição financeira, nos bancos que oferecem biometria facial;
- Presencialmente na agência bancária responsável pelo pagamento.

No aplicativo Gov.br, o usuário deve acessar a opção “Prova de Vida”, verificar a pendência e seguir as orientações para validação facial.

### Como consultar

O beneficiário pode verificar se a situação está regularizada pelos seguintes canais:

- Site ou aplicativo Meu INSS, na área “Prova de Vida”;
- Central 135, com atendimento de segunda a sábado, das 7h às 22h;

- Extrato bancário do benefício, onde pode aparecer aviso de pendência;
- Caixa postal do aplicativo Gov.br.

Se a prova de vida estiver em dia, o sistema mostrará a data da última atualização cadastral.

### Alerta de golpes

O governo federal reforçou o alerta para tentativas de fraude envolvendo a prova de vida. Segundo o INSS, as mensagens oficiais não enviam links externos, não pedem senhas, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), endereço ou dados bancários e nunca solicitam pagamentos por Pix ou qualquer outra forma.

O órgão também orienta os beneficiários a desconfiarem de mensagens recebidas fora dos canais oficiais e lembra que o INSS não envia servidores à casa dos segurados para recolher documentos ou realizar o procedimento.

A recomendação é utilizar apenas o aplicativo Gov.br e o Meu INSS ou contatar o banco responsável pelo pagamento do benefício e Central 135 para consultar informações e regularizar a situação cadastral.

Fonte: CUT



## Dieese defende mudanças estruturais na economia para combater endividamento das famílias

O Brasil vive um cenário histórico de endividamento das famílias. Segundo a Síntese Especial "O aumento do endividamento das famílias no Brasil e o novo desenrola", publicada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), com base em dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic/CNC), 80,4% das famílias brasileiras estavam endividadas em março de 2026, o maior percentual desde o início da série histórica, em 2010.

O estudo mostra que o problema se agravou rapidamente nos últimos anos. Entre 2010 e 2018, o índice ficou relativamente estável, com média de 60,7%. A partir de 2019, no entanto, começou uma forte alta, chegando a mais de 80% das famílias em apenas seis anos.

Para o Dieese, o dado não deve ser analisado apenas pelo volume de dívidas, mas principalmente pelo motivo que leva as famílias a recorrerem ao crédito.

### Dívida deixou de ser exceção e virou complemento da renda

Segundo a análise do Dieese, grande parte do endividamento recente está ligada ao consumo básico do dia a dia. Ou seja, muitas famílias passaram a usar cartão de crédito, empréstimos e outras linhas de financiamento para conseguir fechar as contas do mês.

O estudo aponta que isso revela uma deterioração das condições econômicas da população brasileira. "O problema central é que o crédito passou a funcionar como complemento da renda familiar", destaca a síntese especial elaborada pelo Dieese.

Na avaliação da entidade, o

crescimento das dívidas está relacionado a um conjunto de fatores econômicos e sociais acumulados nos últimos anos.

### Reformas, pandemia e inflação ajudaram a pressionar orçamento

O Dieese aponta entre as principais causas do aumento do endividamento:

- a precarização do trabalho após a reforma trabalhista de 2017;
- os efeitos da reforma da Previdência;
- o congelamento de gastos públicos iniciado em 2016;
- a ausência de aumento real do salário mínimo durante os governos Temer e Bolsonaro;
- os impactos econômicos da pandemia;
- e a inflação elevada dos alimentos, principalmente em 2021 e 2022.

O estudo também chama atenção para a expansão das fintechs e da oferta de cartões de crédito, além da digitalização do consumo e do crescimento das apostas online. Segundo o Dieese, a combinação entre renda baixa, crédito fácil e juros elevados aprofundou a inadimplência e comprometeu o orçamento das famílias.

### Novo Desenrola pode aliviar situação no curto prazo

Diante desse cenário, o Dieese considera positiva a criação do Novo Desenrola Brasil, programa federal voltado à renegociação de dívidas. A iniciativa prevê descontos, redução de juros e ampliação dos prazos de pagamento para famílias endividadas, incluindo pessoas físicas com renda mensal de até 5 salários-mínimos (R\$ 8.105). O programa também contempla estudantes com dívidas do Fies, pequenas empresas e agricultores familiares.

O programa, considera o Dieese, pode ajudar a reduzir o fluxo de dinheiro que hoje sai mensalmente do orçamento das famílias para o pagamento de dívidas. Mas algumas medidas são consideradas pelo departamento como importantes para evitar novos endividamentos, como a limitação das apostas online e mudanças nas regras do crédito consignado.

### Solução definitiva exige mudanças estruturais

Apesar de considerar o Desenrola um passo importante, o Dieese afirma que o problema do endividamento não será resolvido apenas com renegociação de dívidas. Para a entidade, é necessário enfrentar causas estruturais da perda de renda e da precarização das condições de vida da população.

### Entre as medidas defendidas estão:

- valorização do salário mínimo;
- fortalecimento dos sindicatos e da negociação coletiva;
- ampliação dos serviços públicos;
- regulamentação das plataformas digitais;
- redução dos juros bancários;
- controle mais rigoroso sobre o sistema financeiro e as apostas online;
- e geração de empregos de qualidade por meio da reindustrialização do país.

O estudo conclui que o alto endividamento das famílias ajuda a explicar por que muitos brasileiros continuam enfrentando dificuldades econômicas, mesmo diante de indicadores macroeconômicos considerados positivos.

Fonte: Condsef